



ObservaDF

RELATÓRIO TÉCNICO

A Educação Básica Pública no Distrito Federal: metas, percepção e realidade

Frederico Bertholini
Lucio Renno
Andrea Cabello
Ana Maria Nogales
Guilherme Viana
Thiago Trindade

Sumário Executivo

O relatório do ObservaDF analisa a qualidade da educação básica no DF, integrando dados estatísticos (PNADC, Censo Escolar, Saeb) com a percepção da população e relatos de estudantes. Principais achados:

- Educação Infantil: O acesso a creches (0 a 3 anos) cresceu para 36,6% em 2024, mas permanece abaixo da média nacional (39,8%) e da meta de 60% estabelecida no PDE 2015-2024.
- Ensino Fundamental: A escolarização é praticamente universal na faixa etária de 6 a 14 anos (99,9%).
- Ensino Médio: A taxa de frequência entre jovens de 15 a 17 anos é de 94,7%, uma das maiores do país, embora a universalização ainda não tenha sido alcançada.
- Queda de desempenho: A qualidade da educação pública no DF apresenta um declínio acentuado à medida que o estudante avança pelas etapas de ensino. Enquanto os anos iniciais do Ensino Fundamental ocupam a 8ª posição nacional (Ideb 5,9), os anos finais caem para a 17ª posição (Ideb 4,6) e o Ensino Médio para a 18ª posição (Ideb 3,7).
- Defasagem em matemática: A situação é crítica no final do Ensino Médio, quando 62,3% dos estudantes da rede pública não atingem a proficiência básica na disciplina.
- Desigualdade entre redes: Há uma enorme diferença entre a rede pública e a privada; no Ensino Médio do DF, a diferença no Ideb chega a 2,2 pontos.
- Avaliação geral positiva: A população avalia a educação pública com notas entre 3,2 e 4,0 (em uma escala de 5), indicando satisfação de regular a boa.
- Pontos fortes: A formação dos professores, o acolhimento na educação infantil e o acesso físico às escolas são os itens mais bem avaliados.
- Pontos críticos: A segurança (dentro e fora das escolas), a infraestrutura das salas (ventilação e iluminação) e o atendimento a crianças com deficiência são os itens mais criticados.
- Perfil socioeconômico: Muitos estudantes do Ensino Médio são de famílias em que os pais concluíram, no máximo, o ensino médio, refletindo um histórico de ascensão educacional gradual.

· Críticas ao Ensino Médio: Estudantes relatam o “despejo” de conteúdo sem explicação, o uso excessivo de videoaulas sem mediação do professor e a alta rotatividade de docentes, o que prejudica o aprendizado.

· Expectativas: Apesar de se sentirem pouco preparados pelas escolas públicas para exames como o PAS e o ENEM, a maioria mantém o desejo de ingressar no ensino superior.

· Programa Pé-de-Meia: É avaliado positivamente como auxílio financeiro e incentivo à permanência, mas os jovens não acreditam que, isoladamente, o programa melhore a qualidade do ensino.

1. Introdução

A educação é um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal e reconhecido internacionalmente como pilar do desenvolvimento humano e socioeconômico. Sua importância não deve ser subestimada, pois é por meio da educação que se construem as bases para transformar realidades individuais e coletivas, promovendo maior equidade, mobilidade social e oportunidades para toda a população.

A educação básica regular constitui o alicerce deste processo transformador. Ela compreende três etapas fundamentais: a educação infantil, que estabelece as bases do desenvolvimento cognitivo e socioemocional; o ensino fundamental, dividido em anos iniciais e anos finais, que consolida conhecimentos essenciais e competências críticas; e o ensino médio, que prepara o indivíduo para a vida adulta, seja no mercado de trabalho ou na continuação de estudos no ensino superior. Portanto, compreender a qualidade e o desempenho da educação básica é essencial para avaliar as perspectivas futuras de desenvolvimento de qualquer localidade. Com este propósito, o ObservaDF conduziu uma análise abrangente da qualidade da educação básica regular no Distrito Federal.

O momento escolhido para voltar as nossas lentes para a educação básica pública no Distrito Federal coincide com a apreciação, pelo Congresso Nacional, do novo Plano Nacional de Educação (PNE – Projeto de Lei 2614/2014), proposto pelo Ministério da Educação e que definirá a política educacional brasileira para os próximos dez anos. O novo PNE, disponível em (<https://www.gov.br/mec/pt-br/pne/pne-2024-2034> e em <https://infograficos.camara.leg.br/pne-2024-2034/>), O presente relatório propõe uma análise descritiva e exploratória da aplicação das emendas orçamentárias federais destinadas ao Distrito Federal (DF) de 2016 a 2024. A estratégia analítica empregada pelo estudo estrutura-se em ao menos três dimensões: temporal, setorial e político-institucional.

- Universalização da pré-escola para crianças de quatro e cinco anos e ampliação da oferta de creche para 60% das crianças de até três anos;
- Universalização do acesso aos ensinos fundamental e médio para a população entre 6 e 17 anos;
- Alcance do nível adequado de aprendizagem no término do ensino fundamental por 85% dos estudantes;
- Alcance do nível adequado de aprendizagem no término do ensino médio por 80% dos estudantes.

Logo após a aprovação do novo PNE no Congresso Nacional, o Governo do Distrito Federal (GDF) deverá elaborar o novo Plano Distrital de Educação – PDE, que servirá de referência para as ações públicas locais na área educacional. Até 2025, o PDE 2015-2025, instituído pela Lei nº 5499/2015, orientou as ações da Secretaria de Estado de Educação do GDF ([consulte](https://www.educacao.df.gov.br/plano-distrital-de-educacao/) <https://www.educacao.df.gov.br/plano-distrital-de-educacao/>). Como o Distrito Federal tem natureza híbrida, ou seja, tem obrigações municipais e estaduais, é de responsabilidade do GDF garantir o acesso à educação infantil e aos ensinos fundamental e médio públicos de qualidade, conforme estabelece a Constituição Federal. Caberá ao GDF estabelecer as metas e prazos do novo PDE, que deverão considerar a realidade local e os esforços a serem realizados para alcançá-las.

Com o objetivo de estabelecer um panorama detalhado da qualidade da educação básica regular, o ObservaDF, por meio de indicadores publicamente disponíveis, comparou o desempenho das redes de ensino pública e privada, analisou tendências temporais e estabeleceu comparações com a situação nacional, permitindo identificar pontos fortes, desafios e oportunidades de melhoria.

Para essa análise, o ObservaDF levantou dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), publicada pelo IBGE ([disponível em:](https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas) <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>) e do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ([disponíveis em:](https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados) <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados>).

Para complementar essa perspectiva quantitativa e objetiva, o estudo foi enriquecido com uma pesquisa amostral representativa, que captou a percepção dos moradores do Distrito Federal sobre a qualidade educacional. Essa pesquisa explorou tanto a percepção geral da população sobre a educação quanto avaliações específicas de diversos fatores que influenciam a experiência educacional, considerando as particularidades das etapas do ensino regular. Esses resultados de percepção proporcionam uma compreensão mais profunda das expectativas e da satisfação dos cidadãos, complementando os dados estatísticos e oferecendo subsídios valiosos para a formulação de políticas educacionais. Foram entrevistadas 1.008 pessoas residentes em 29 RAs do Distrito Federal, conforme metodologia descrita em relatórios anteriores (<https://observadf.unb.br/pesquisas/>).

Para aprofundar a avaliação do ensino médio, o ObservaDF realizou um grupo focal no dia 11 de novembro de 2025, com nove estudantes do ensino médio de escolas públicas do Distrito Federal, abordando diversos aspectos relacionados ao ensino ofertado e às expectativas de futuro.

Este relatório divide-se em três partes: 1) Estatísticas da educação básica regular do Distrito Federal, com base em pesquisas e avaliações educacionais; 2) Percepção da população sobre a qualidade da educação básica pública, com base em levantamento amostral; 3) Avaliação do ensino médio público, com base nos relatos dos estudantes participantes do grupo focal.

2. Estatísticas da Educação Básica Regular do Distrito Federal

Escolarização

A taxa de escolarização é um indicador fundamental para avaliar o acesso à educação e o progresso rumo à universalização do ensino. Este indicador mede a proporção de crianças e adolescentes de um determinado grupo etário que frequentam estabelecimentos educacionais, refletindo não apenas a cobertura do sistema educacional, mas também o comprometimento das famílias e do poder público em garantir o direito à educação.

Vale mencionar que a educação básica, composta pela educação infantil e pelos ensinos fundamental e médio, é obrigatória no país para a população com idades entre 4 e 17 anos. A creche, por sua vez, não é uma obrigação, mas sim um direito da criança. Nesse sentido, é responsabilidade do GDF garantir o acesso à creche às crianças de 0 a 3 anos.

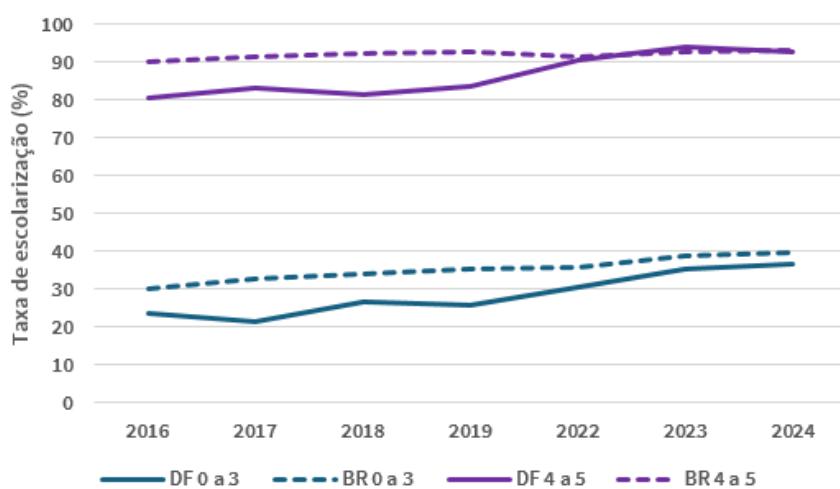
Para avaliar o acesso à educação básica no Distrito Federal, analisamos a pergunta da PNADC sobre a frequência à creche ou à escola na população nas faixas etárias: 0 a 3; 4 a 5; 6 a 14 e 15 a 17 anos.

Conforme a Figura 1, no Distrito Federal, a frequência à creche das crianças de 0 a 3 anos aumentou 13 pontos percentuais entre 2016 e 2024, de 23,6% para 36,6%. No entanto, ainda que tenha ocorrido um aumento expressivo no acesso à creche, o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam creche no DF permanece abaixo da média nacional ao longo de todo o período. No Brasil, em 2016, esse percentual era de 30,8% e, em 2024, atingiu 39,8%. De acordo com a Tabela 1, em 2024, São Paulo e Santa Catarina apresentavam os percentuais mais elevados de crianças de 0 a 3 anos nas creches, com 55,4% e 52,5%, respectivamente.

A frequência das crianças de 4 a 5 anos à pré-escola também apresentou aumento: de 80,5% em 2016 para 92,6% em 2024. No início do período, o atendimento à pré-escola no DF estava muito aquém da média brasileira, com uma diferença de 10 pontos percentuais. A partir de 2022, o DF alcança a média nacional, mas, em 2024, ainda fica atrás de estados como o Piauí (98,9%), o Tocantins (97,1%), o Rio Grande do Norte (96,4%) e o Ceará (95,8%), como mostra a Tabela 1.

Vale mencionar que os dados apresentados acima indicam que a meta 1 do PDE 2015-2024, de “universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender, no mínimo, 60% da população dessa faixa etária”, não foi cumprida. Se, por um lado, o cumprimento da meta no que se refere ao atendimento à pré-escola mostra-se mais factível no curto prazo, o atendimento de 60% da população de 0 a 3 anos em creches parece estar muito mais distante.

Figura 1 – Taxa de escolarização da população com idades entre 0 e 5 anos por grupo etário. Distrito Federal e Brasil. 2016-2024.

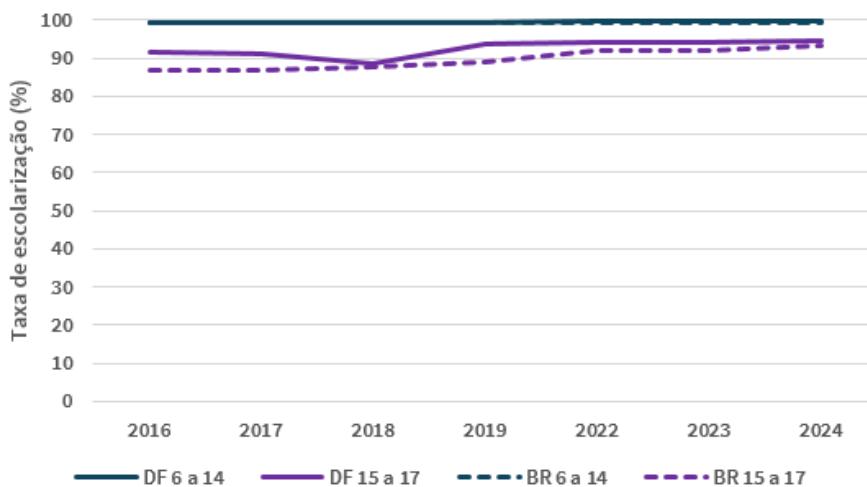


Fonte: IBGE, PNADC, 2016-2024.

Já a frequência à escola de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos é praticamente universal no Distrito Federal e em todo o país, ao longo de todo o período, conforme Figura 2. Somente alguns estados da região Norte apresentam frequência inferior a 99% (Acre, Roraima e Amapá; Tabela 1).

A frequência à escola de jovens de 15 a 17 anos também é elevada, variando de 91,7% em 2016 a 94,7% em 2024, proporções superiores à média nacional. Nessa faixa etária, o DF está entre as seis unidades da federação com os maiores percentuais de frequência à escola (Tabela 1). Entretanto, é importante ressaltar que a universalização do ensino médio ainda é um objetivo em construção: a existência de aproximadamente 5% de adolescentes não escolarizados nesta idade representa um contingente significativo de jovens fora da escola, muitos dos quais enfrentam barreiras de acesso, vulnerabilidade socioeconômica ou desengajamento do sistema educacional.

Figura 2 – Taxa de escolarização da população com idades entre 6 e 17 anos por grupo etário. Distrito Federal e Brasil. 2016-2024.

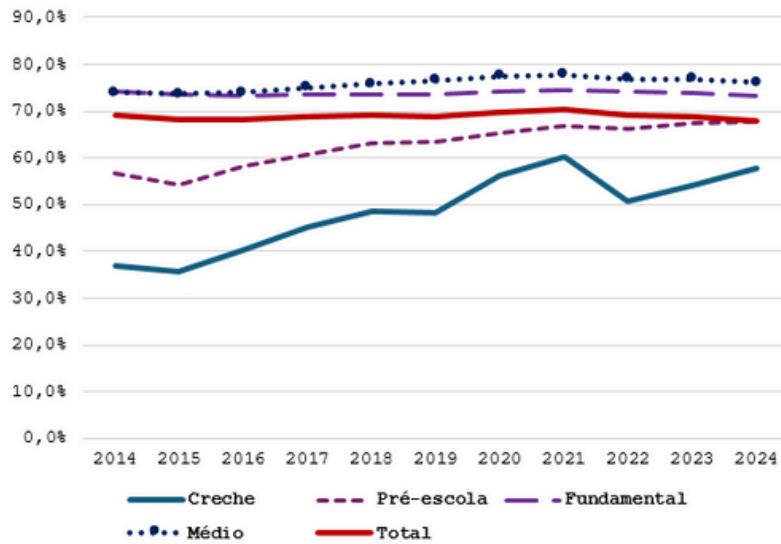


Fonte: IBGE, PNADC, 2016-2024.

No que se refere às metas de atendimento para as faixas etárias de 6 a 17 anos estabelecidas pelo PDE 2015-2024, verifica-se que a meta 2, de atender toda a população de 6 a 14 anos, foi cumprida, mas a meta 3, de universalizar o atendimento a toda a população de 15 a 17 anos, ainda não foi cumprida.

Mas como se dá esse atendimento no Distrito Federal? No período de 2014 a 2024, a média de matrículas foi de cerca de 587 mil por ano (Tabela A1 no Apêndice), dos quais 69% correspondem à rede pública (Figura 3).

Figura 3 – Proporção de matrículas na rede pública por etapa de ensino. Distrito Federal. 2014-2024.



Fonte: Inep, Censo escolar, 2014-2024.

Na educação infantil, observa-se menor participação da rede pública, mas ela cresce ao longo do período. No atendimento em creches, a participação da rede pública passa de 37% em 2014 para 57% em 2024; na pré-escola, passa de 57% para 68% no mesmo período. Já nos ensinos fundamental e médio, as matrículas na rede pública se elevam a 74% e 76%, respectivamente, com pouca variação ao longo do período. Esses percentuais evidenciam a importância da educação básica pública no Distrito Federal, sobretudo nas áreas de mais baixa renda, como salientam Vasconcelos e Souza (2025) com base nos dados da PDAD 2021.

Tabela 1 - Taxa de escolarização por grupo etário. Brasil e Distrito Federal. 2024.

Brasil e Unidade da Federação	Grupo de idade			
	0 a 3	4 a 5	6 a 14	15 a 17
Brasil	39,8	93,4	99,5	93,4
Rondônia	21,2	84,7	99,2	93,6
Acre	16,8	80,6	98,3	91,1
Amazonas	17,0	83,8	99,2	92,3
Roraima	24,9	87,0	97,1	91,5
Amapá	9,0	68,6	98,7	92,0
Pará	25,4	91,8	99,0	91,6
Tocantins	33,2	97,1	99,7	92,6
Maranhão	38,3	94,4	99,6	91,2
Piauí	35,8	98,9	99,7	92,6
Ceará	39,4	95,8	99,5	93,7
Rio Grande do Norte	38,4	96,4	99,5	94,9
Paraíba	35,3	89,6	99,3	88,9
Pernambuco	31,2	95,2	99,4	92,6
Alagoas	35,6	92,7	99,4	88,8
Sergipe	36,5	95,8	99,6	92,9
Bahia	35,7	94,8	99,5	95,9
Minas Gerais	38,6	95,7	99,6	93,4
Espírito Santo	37,8	94,4	99,3	89,5
Rio de Janeiro	39,0	94,0	99,4	94,7
São Paulo	55,4	94,4	99,6	94,9
Paraná	41,2	92,3	99,6	91,1
Santa Catarina	52,5	94,7	99,4	93,9
Rio Grande do Sul	43,2	89,0	99,4	94,9
Mato Grosso do Sul	40,5	90,8	99,3	92,4
Mato Grosso	35,6	94,0	99,6	93,1
Goiás	28,7	89,9	99,2	92,0
Distrito Federal	36,6	92,6	99,9	94,7

Fonte: IBGE, PNADC, 2024

Qualidade do ensino fundamental e médio no Distrito Federal

No Brasil, o Inep promove e coordena a avaliação educacional por meio de diversas métricas. No presente relatório, para avaliar a qualidade dos ensinos fundamental e médio públicos no DF, utilizaremos: 1) o Ideb – índice de desenvolvimento da educação básica – que agrupa duas dimensões: fluxo escolar e desempenho nas avaliações; e 2) o desempenho em matemática no Saeb – Sistema de avaliação da educação básica – em 2024.

O Inep divulga os resultados do Ideb para as seguintes etapas de ensino: 1) fundamental – anos iniciais (do 1º ao 5º ano); 2) fundamental – anos finais (do 6º ao 9º ano); e 3) médio. A Tabela 2 apresenta os valores do Ideb das escolas públicas por etapa de ensino e a posição ocupada pelos estados e pelo DF em 2023.

Tabela 2 – Valor do Ideb das escolas públicas e posição ocupada segundo as etapas de ensino. Regiões e Unidades da Federação. 2023.

Região	UF	Fundamental				Médio	
		Anos Iniciais		Anos Finais			
		Ideb	Posição	Ideb	Posição	Ideb	Posição
Norte	RO	5,5	15	4,7	11	4,0	11
	AC	5,7	11	4,7	11	3,9	14
	AM	5,6	14	4,7	11	3,7	18
	RR	5,4	17	4,2	21	3,6	23
	PA	4,8	25	4,2	21	4,3	6
	AP	4,8	25	4,1	24	3,6	23
	TO	5,4	17	4,8	8	4,1	10
Nordeste	MA	5,1	22	4,3	20	3,7	18
	PI	5,7	11	4,9	6	4,3	6
	CE	6,5	1	5,4	1	4,4	5
	RN	4,8	25	3,7	27	3,2	27
	PB	5,3	19	4,2	21	3,6	23
	PE	5,3	19	4,7	11	4,5	4
	AL	5,7	11	4,8	8	4,0	11
	SE	4,9	23	4,0	25	3,7	18
	BA	4,9	23	3,9	26	3,7	18
Sudeste	ES	6,1	5	5,0	5	4,7	2
	MG	6,1	5	4,7	11	4,0	11
	RJ	5,5	15	4,5	19	3,3	26
	SP	6,2	3	5,1	4	4,2	8
Sul	PR	6,5	1	5,4	1	4,7	2
	SC	6,2	3	4,9	6	3,8	16
	RS	5,8	9	4,7	11	3,9	14
Centro-Oeste	MS	5,3	19	4,6	17	3,8	16
	MT	5,8	9	4,8	8	4,2	8
	GO	6,1	5	5,4	1	4,8	1
	DF	5,9	8	4,6	17	3,7	18

Fonte: Inep, Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais - Ideb, 2023.

No que se refere aos anos iniciais do ensino fundamental, o Ideb do conjunto das escolas públicas do Distrito Federal alcançou 5,9 pontos em 2023, o que o coloca na 8ª posição entre as unidades federativas naquele ano. Nas primeiras posições, com valores do Ideb de 6,5 pontos, encontram-se as escolas públicas dos estados do Paraná e do Ceará, seguidas pelas de São Paulo e de Santa Catarina, ambas com 6,2 pontos.

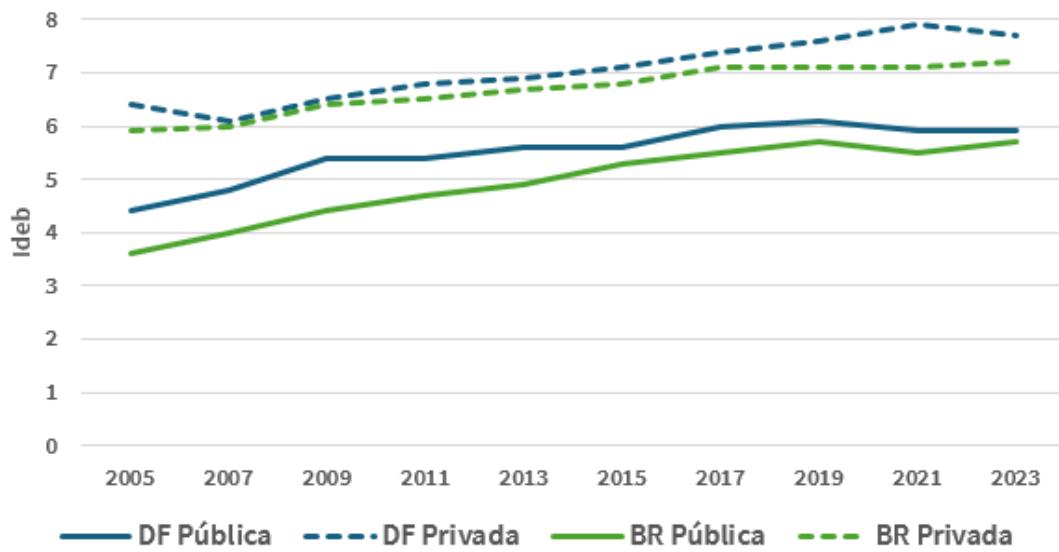
Nos anos finais do ensino fundamental, a qualidade da educação nas escolas públicas do Distrito Federal cai drasticamente, em comparação com as demais unidades da federação. O valor do Ideb para essa etapa, em 2023, foi de 4,6 pontos, o que levou o DF à 17ª posição. As primeiras posições são ocupadas pelas escolas públicas de Goiás, Paraná e Ceará, com Ideb de 5,4 pontos.

A qualidade da educação no ensino médio público no DF também recebeu pontuação baixa, de apenas 3,7 pontos em 2023. O DF fica na 18ª posição, muito distante de estados como Goiás, 1º colocado com 4,8 pontos, seguido por Paraná e Espírito Santo, com 4,7 pontos.

Quando comparamos os valores do Ideb entre redes de ensino públicas e privadas no Distrito Federal e no Brasil, observamos uma defasagem das escolas públicas em todas as etapas do ensino.

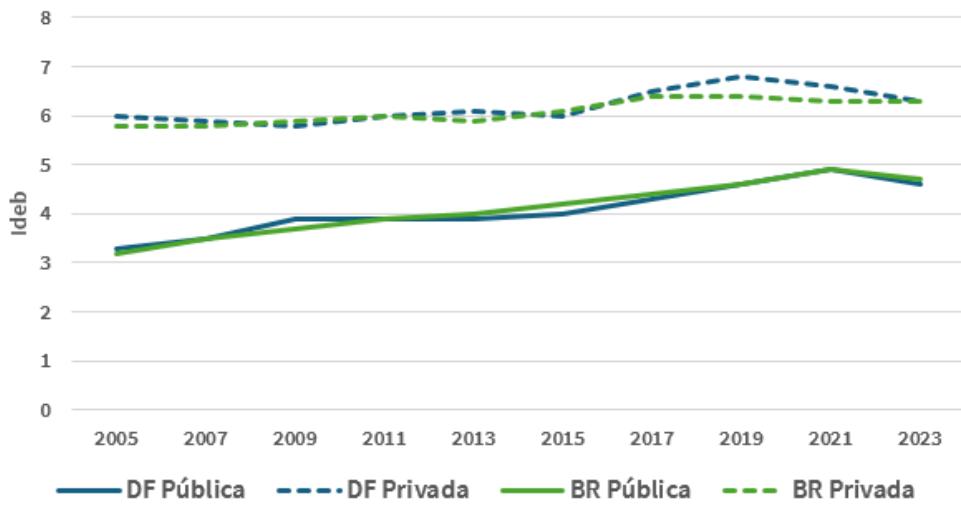
A Figura 4 mostra a evolução do Ideb entre 2005 e 2023 para o ensino fundamental, anos iniciais, no Distrito Federal e no Brasil, por rede de ensino. Observa-se que, ao longo de quase 20 anos de avaliação da educação básica no Brasil, os valores do Ideb evidenciam a melhora da qualidade da educação nos anos iniciais do ensino fundamental, tanto no Brasil quanto no DF, e tanto na rede pública quanto na privada. Destaca-se que, nessa etapa, as escolas públicas do DF apresentaram Ideb sempre mais elevado do que o valor médio das escolas públicas do país, mas muito aquém do Ideb das escolas privadas (uma diferença de 1,8 pontos no DF e de 1,5 pontos no Brasil em 2023).

Figura 4 – Valor do Ideb do ensino fundamental – anos iniciais, segundo a rede de ensino. Distrito Federal e Brasil. 2005-2023.



Nos anos finais do ensino fundamental, também se observa uma melhora da qualidade, medida pelo Ideb. O DF apresenta comportamento semelhante ao da média nacional, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas. A diferença entre o Ideb das escolas públicas e privadas, em 2023, é de 1,7 pontos no DF (Figura 5).

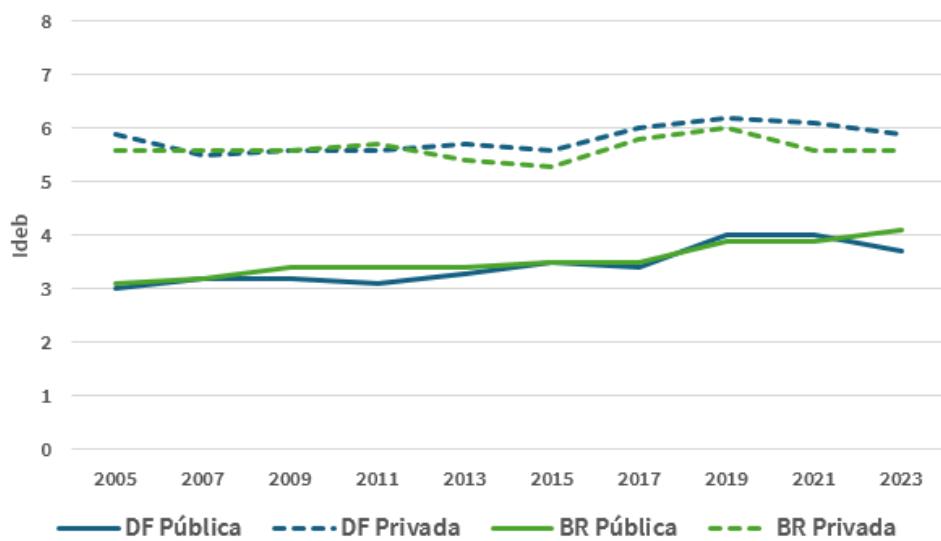
Figura 5 – Valor do Ideb do ensino fundamental – anos finais, segundo a rede de ensino. Distrito Federal e Brasil. 2005-2023.



Fonte: Inep, Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais - Ideb, 2005-2023.

No ensino médio, ainda que as escolas públicas no DF e no Brasil tenham tido um acréscimo de um ponto no Ideb entre 2005 e 2023, o que significa uma melhoria na qualidade da educação, a diferença em relação às escolas privadas é mais expressiva do que no ensino fundamental. Nota-se que, no DF, no ensino médio, o Ideb das escolas privadas é superior à média nacional da rede privada a partir de 2011, o que amplia a diferença em relação às escolas públicas nessa etapa do ensino. No DF, em 2023, observa-se, no ensino médio, uma diferença de 2,2 pontos entre os Ideb das escolas privadas e públicas. Ou seja, a qualidade do ensino médio nas escolas públicas é muito aquém daquela oferecida nas escolas privadas.

Figura 6 – Valor do Ideb do ensino médio, segundo a rede de ensino. Distrito Federal e Brasil. 2005-2023.



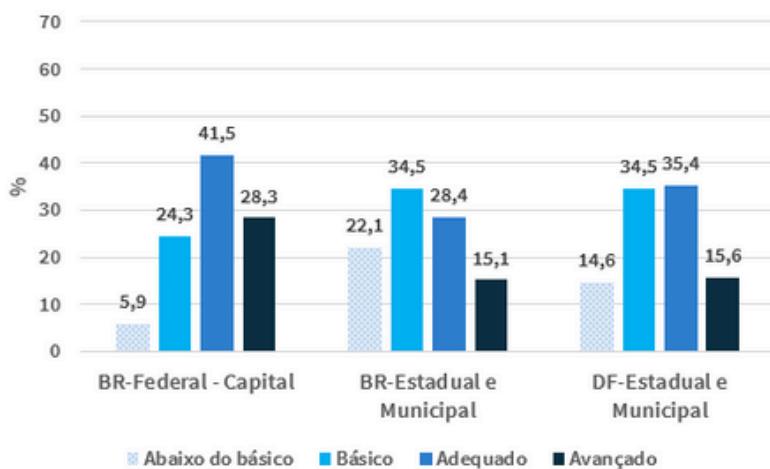
Fonte: Inep, Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais - Ideb, 2005-2023.

Outra métrica que expressa a qualidade do ensino ofertado é o desempenho na avaliação do Saeb em língua portuguesa e em matemática. Essa avaliação é aplicada aos estudantes dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. No presente estudo, analisaremos o desempenho em matemática nas avaliações do Saeb de 2023 dos alunos das escolas públicas brasileiras e do Distrito Federal, segundo a rede de ensino^[1]. Para tanto, utilizaremos os níveis da escala de proficiência propostos pelo Inep (2020) e o agrupamento desses níveis em quatro categorias: 1) abaixo do básico, 2) básico, 3) adequado, 4) avançado, conforme proposto por Soares (2009).

[1] No Distrito Federal, considera-se apenas as escolas públicas vinculadas à Secretaria de Educação do GDF. Não são consideradas as escolas públicas militares ou federais.

No ensino fundamental, nos anos iniciais, a avaliação do Saeb do 5º ano, nas escolas públicas do DF, mostra que 50,9% dos alunos têm nível de proficiência em matemática ao menos adequado (35,4% adequado e 15,6% avançado) (Figura 7). A proporção de alunos que não alcançaram o nível básico foi de 14,6%. Comparados ao conjunto das escolas públicas das redes estaduais ou municipais do país, esses percentuais indicam que, nesta etapa de ensino, os alunos das escolas públicas do DF apresentam desempenho superior. No Brasil, no conjunto das escolas públicas das redes estaduais ou municipais, 22,1% dos alunos apresentaram desempenho em matemática abaixo do básico; já na rede federal, em escolas localizadas em capitais, esse percentual cai para 5,9%, e o percentual de estudantes com nível de proficiência ao menos adequado eleva-se a 70%.

Figura 7 – Distribuição dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental por categorias de proficiência em matemática, segundo a rede de ensino. Distrito Federal e Brasil. 2023.



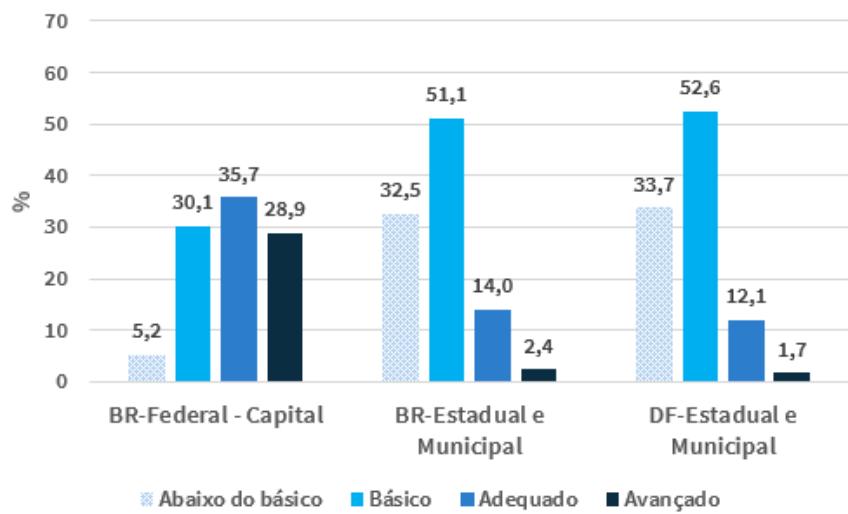
Fonte: Inep, Painel Educacional - Saeb, 2023.

A Figura 8 mostra que a proficiência em matemática cai fortemente no 9º ano do ensino fundamental, em 2023. No conjunto das escolas públicas brasileiras das redes estaduais ou municipais, o percentual de estudantes que não atingem o nível básico de proficiência em matemática foi de 32,5%. Para os alunos das escolas públicas do DF, esse percentual aumenta para 33,7%. Ou seja, um em cada três alunos que concluem o ensino fundamental público no DF não tem proficiência básica em matemática. Por outro lado, apenas 13,7% dos estudantes foram classificados com nível de proficiência adequado ou superior (12,1% com nível adequado e 1,7% com nível avançado). Por outro lado, no conjunto das escolas públicas federais localizadas em capitais do país, 65% dos alunos têm nível de proficiência em matemática ao menos adequado, e apenas 5,2% encontram-se na categoria abaixo do básico.

Tendo em vista a proposta do novo PNE de que 85% dos estudantes alcancem o nível adequado de aprendizagem no término do ensino fundamental, vê-se que essa meta está muito distante da realidade das escolas públicas estaduais ou municipais no país, especialmente nas do Distrito Federal, no que se refere à proficiência em matemática.

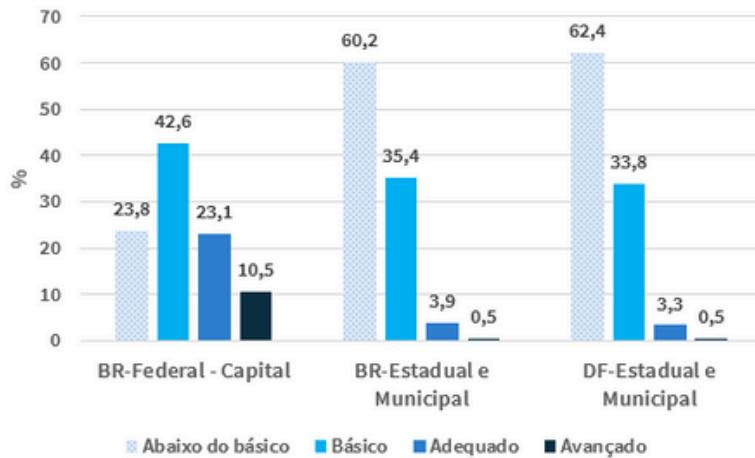
No final do ensino médio, a situação se mostra muito mais grave. Como se observa na Figura 9, no Distrito Federal, 62,3% dos estudantes de escolas públicas não atingem a proficiência básica em matemática ao concluir o ensino médio. Do outro lado, apenas 3,8% dos estudantes do ensino médio da rede pública no DF apresentam ao menos o nível adequado (3,3% adequado e 0,5% avançado). O conjunto das escolas públicas das redes estaduais e municipais apresenta situação muito semelhante quanto ao desempenho de seus alunos em matemática. Já as escolas públicas da rede federal apresentam desempenho mais favorável, com 33,6% de seus alunos alcançando ao menos o nível adequado de proficiência. Esta realidade contrasta fortemente com a meta proposta no novo PNE, que estabelece o alcance do nível adequado de aprendizagem para 80% dos estudantes que concluem o ensino médio.

Figura 8 – Distribuição dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental por categorias de proficiência em matemática, segundo a rede de ensino. Distrito Federal e Brasil. 2023.



Fonte: Inep, Painel Educacional - Saeb, 2023.

Figura 9 – Distribuição dos estudantes da 3^a série do ensino médio por categorias de proficiência em matemática, segundo a rede de ensino. Distrito Federal e Brasil. 2023.



Fonte: Inep, Painel Educacional - Saeb, 2023.

Percepção da população sobre a qualidade da educação básica pública no Distrito Federal

A pesquisa para levantar a percepção da população sobre a qualidade da educação básica pública no Distrito Federal foi realizada entre os dias 10 e 25 de novembro de 2025 e entrevistou 1.008 pessoas residentes em 29 RAs. A idade média dos entrevistados foi de 40 anos, com desvio padrão de 14 anos. Os entrevistados se declararam majoritariamente pretos ou pardos (70%) e com renda familiar inferior a 3 salários mínimos (51%).

Para melhor compreender a percepção da população sobre a qualidade da educação básica pública, perguntou-se, inicialmente, ao entrevistado(a) se, nos últimos 3 anos, ele/ela ou alguém da residência havia frequentado alguma unidade da rede pública de educação básica no Distrito Federal. Os resultados da avaliação são apresentados em duas categorias: frequentou (45,5% dos entrevistados) e não frequentou (54,5%), indicando se o entrevistado tem ou não experiência recente com alguma escola ou creche pública no DF.

Os resultados da avaliação, realizada numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito ruim e 5 ótimo, são apresentados em dois blocos: 1) educação infantil; e 2) ensinos fundamental e médio, em conjunto.

Educação Infantil

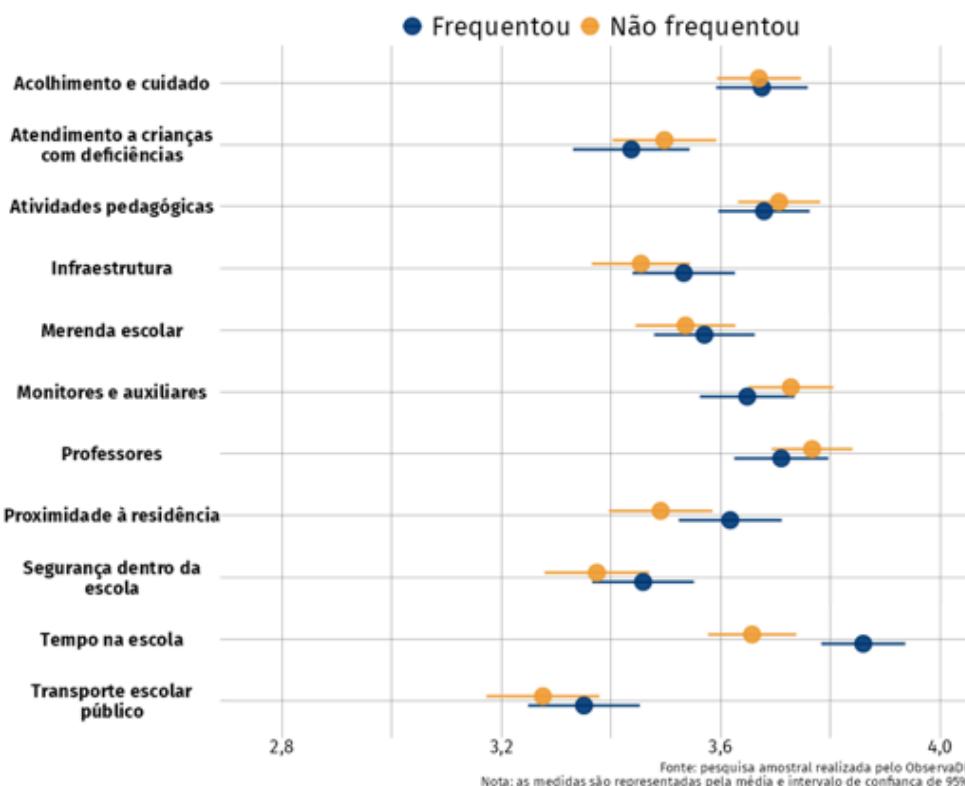
A Figura 10 apresenta a avaliação média dos entrevistados quanto a diversos aspectos das creches ou pré-escolas públicas do Distrito Federal. Observa-se que, para todos os itens questionados, a avaliação média dos entrevistados ficou entre 3,2 e 4,0 pontos, indicando uma percepção positiva de regular a boa. Na creche e na pré-escola públicas, os itens mais bem avaliados foram “acolhimento e cuidado”, “atividades pedagógicas”, “monitores” e “professores”. Vale ressaltar que a percepção da população sobre a creche e a pré-escola foi semelhante tanto entre aqueles que tiveram experiência recente com essas unidades de ensino quanto entre aqueles que não tiveram, com exceção do item “tempo na escola”. A jornada escolar nessas unidades de ensino é mais bem avaliada pelos que têm experiência recente do que pelos mais afastados da realidade da educação infantil pública no Distrito Federal.

Entre os itens que obtiveram a menor média na avaliação, destacamos “atendimento a crianças com deficiência”, “segurança dentro da escola” e “transporte escolar público”. Para aprimorar a qualidade da educação infantil, é muito relevante que esses itens sejam observados com maior atenção pelos gestores públicos.

Após a avaliação de aspectos específicos da educação infantil, os entrevistados foram perguntados sobre a avaliação geral das creches e das pré-escolas públicas, separadamente, e se recomendariam essas unidades de ensino para alguém da sua família, de seus amigos ou da vizinhança.

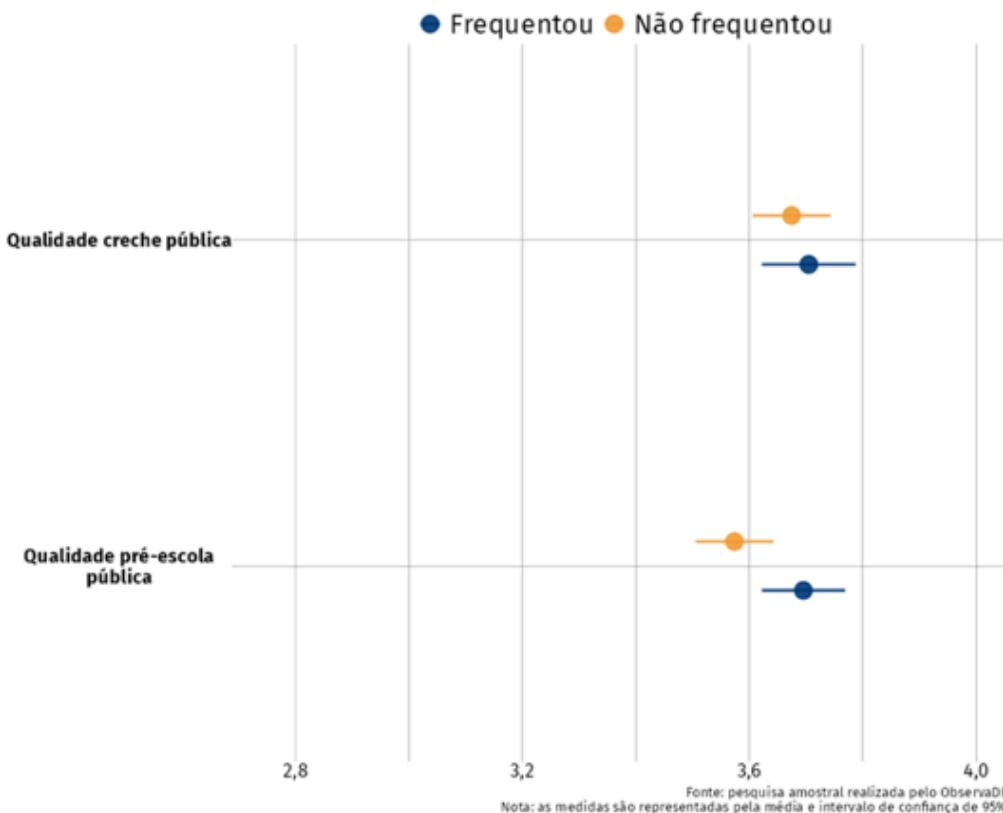
Na Figura 11, constata-se que a avaliação, tanto de creches quanto de pré-escolas públicas no Distrito Federal, é positiva, com média de 3,7 entre aqueles que têm experiência recente com essas unidades de ensino. A avaliação média é ligeiramente inferior, sobretudo na pré-escola, entre aqueles mais afastados da realidade da educação infantil no DF.

Figura 10 – Avaliação da qualidade das creches ou pré-escolas públicas em relação a diversos aspectos. Distrito Federal. 2025.



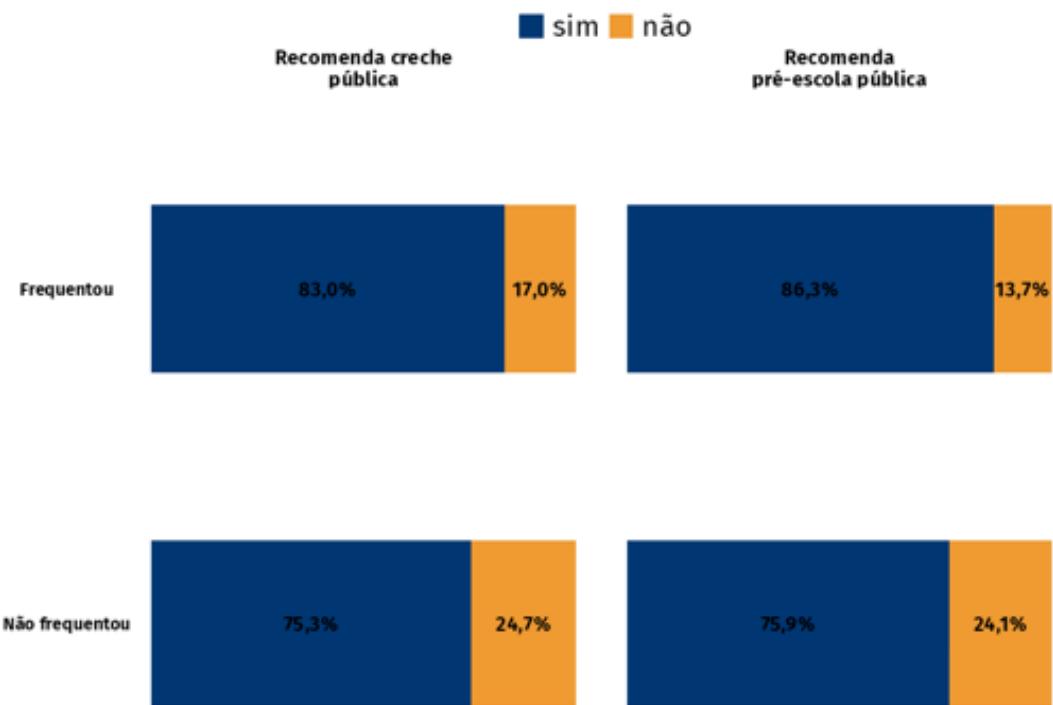
Nota: Incluem-se as creches conveniadas na categoria de públicas.

Figura 11 – Avaliação geral da qualidade das creches ou pré-escolas públicas no Distrito Federal. 2025.



Sobre a recomendação de creches ou pré-escolas públicas, há uma percepção diferente entre aqueles mais próximos e aqueles mais distantes da realidade dessas unidades de ensino (Figura 12). Entre os que têm experiência mais recente (“frequentou”), 83,0% e 86,3% recomendariam creches ou pré-escolas públicas aos familiares ou aos vizinhos, respectivamente. Já entre aqueles que não têm experiência recente (“não frequentou”), essas proporções caem para 75,3% e 75,9%, respectivamente. De qualquer maneira, são valores que evidenciam a aprovação dessas unidades de ensino pela população do Distrito Federal.

Figura 12 – Recomendaria creches ou pré-escolas públicas no Distrito Federal. 2025.



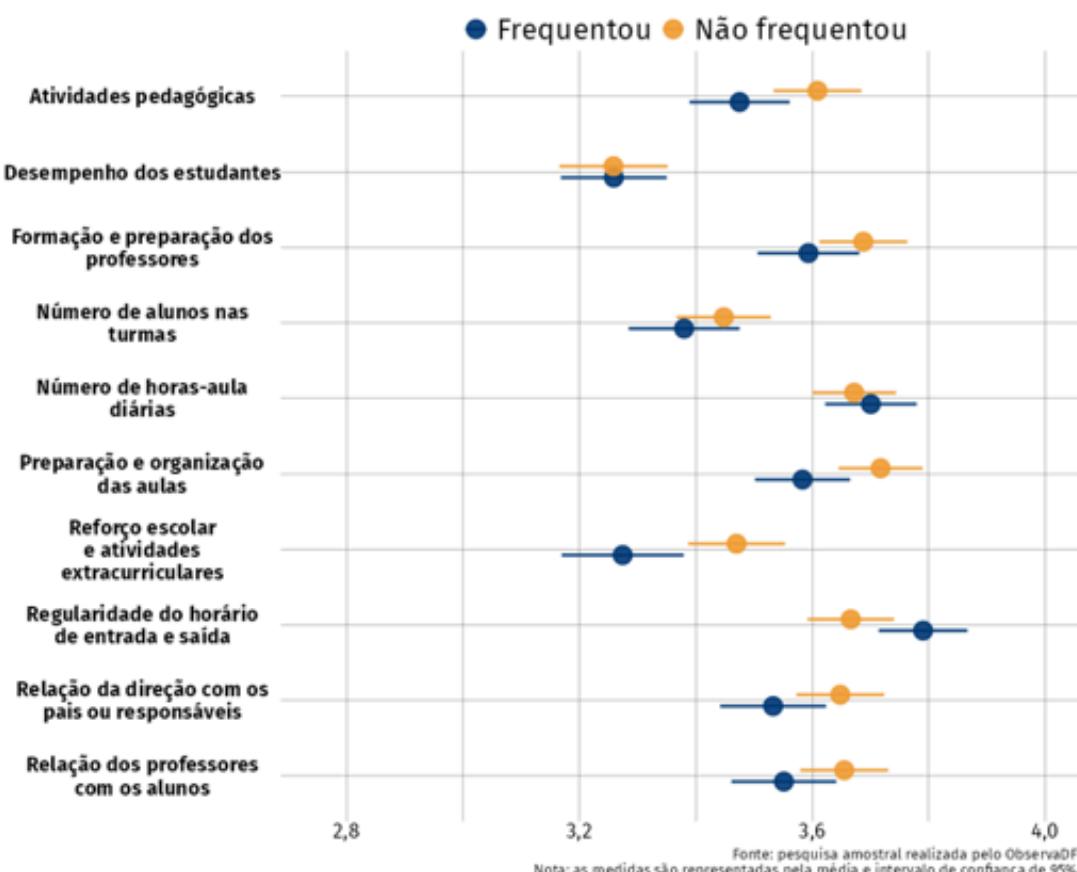
Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Ensinos fundamental e médio

No que se refere ao acesso, à infraestrutura, à merenda e à segurança nos ensinos fundamental e médio, as avaliações médias ficaram entre 3,0 e 3,8 pontos, indicando também uma percepção positiva, de regular a boa, nesses itens específicos (Figura 13). Os itens mais bem avaliados foram “acesso à escola”, “espaços de convivência” e “limpeza e conservação da escola”. Somente este último item apresentou avaliação média diferente entre aqueles que têm experiência recente com unidades de ensino públicas no DF e aqueles que não têm. Os que não têm experiência recente são mais críticos quanto à limpeza e à conservação. Mas vale mencionar que este item é um dos que recebem avaliação mais positiva neste grupo de entrevistados.

As avaliações mais negativas são para “iluminação, ventilação e organização das salas”, “segurança dentro da escola” e, sobretudo, “segurança na vizinhança da escola”. Neste aspecto, é importante ressaltar a atuação do Batalhão de Policiamento Escolar no combate à violência, tanto dentro quanto fora das escolas do DF. Segundo a percepção da população, este aspecto deve ser reforçado para garantir um ambiente escolar seguro e propício à aprendizagem.

Figura 13 – Avaliação da qualidade das escolas de ensino fundamental ou médio quanto ao acesso, à infraestrutura, à merenda e à segurança. Distrito Federal. 2025.



Quanto à organização das aulas, à equipe escolar, ao ensino e à aprendizagem nos ensinos fundamental e médio, as avaliações médias ficaram entre 3,2 e 3,8 pontos, indicando, mais uma vez, uma percepção positiva, de regular a boa, nesses itens (Figura 14). Neste conjunto de itens, as percepções dos entrevistados com experiência recente com as unidades de ensino públicas no DF também foram muito semelhantes às dos que não tinham essa experiência, com exceção do item “reforço escolar e atividades complementares”. Com relação a esse item específico, a percepção dos que têm experiência recente é mais negativa do que a dos demais. Este item é aquele que se refere ao desempenho dos estudantes em avaliações de língua portuguesa e de matemática são os menos bem avaliados pelos entrevistados. Essas avaliações positivas contrastam com o desempenho dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio nas avaliações de matemática do SAEB, como mostrado na seção anterior, o que sugere pouco conhecimento da população sobre os níveis de desempenho dos estudantes em avaliações de larga escala realizadas pelo Inep.

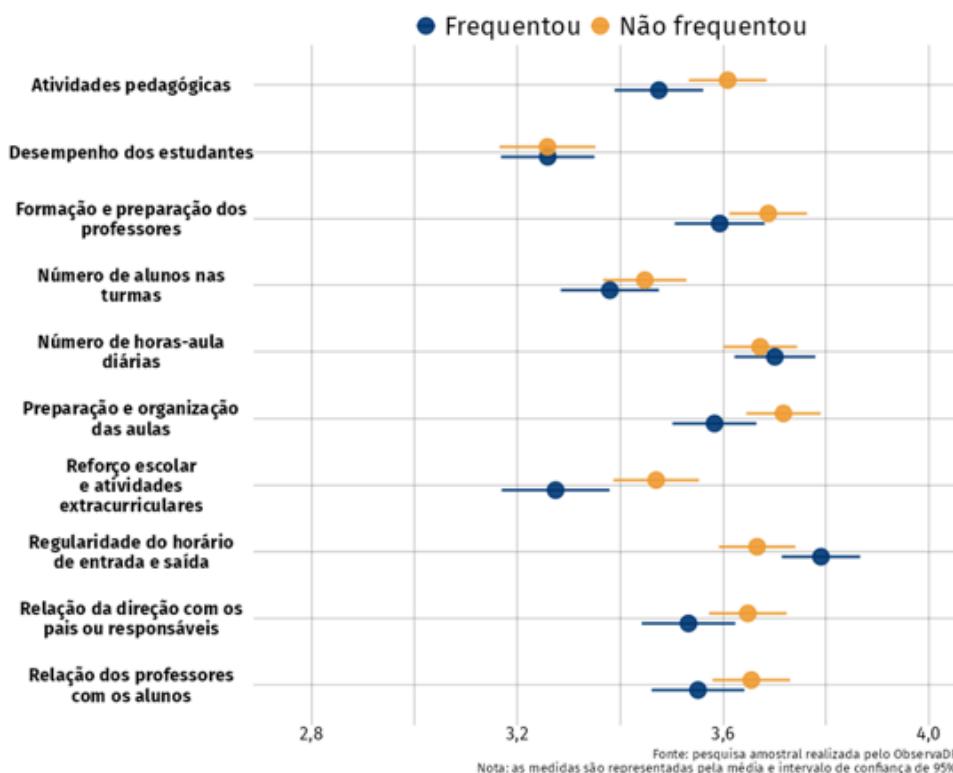
Vale destacar a avaliação muito positiva dada à formação e à preparação dos professores, ao número de horas-aula diárias e à regularidade do horário de entrada e de saída dos estudantes. Estes são aspectos muito importantes para o aprendizado dos estudantes e para a tranquilidade dos pais e responsáveis no cotidiano escolar.

Com relação à formação dos professores, o Censo Escolar mostra que mais de 97% dos professores dos ensinos fundamental e médio na rede pública do DF têm nível superior. No Brasil, esses percentuais foram de 92,2% e 96,6%, respectivamente. A formação e preparação dos professores são fundamentais para a construção de um ambiente favorável ao aprendizado dos estudantes. A avaliação positiva neste aspecto está de acordo com os dados dos levantamentos do Inep.

Quanto ao número de horas-aula diárias, o Censo Escolar mostra que, no ensino fundamental público no DF, o número médio de horas-aula é de 5,4 horas por dia, e, no ensino médio, de 5,2 horas. De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Educação do GDF, tendo em vista o compromisso da rede pública do Distrito Federal de ampliar o tempo que a criança/adolescente permanece na escola, a Educação em Tempo Integral atendeu, em 2025, a 25.305 estudantes do ensino fundamental e a 4.594 do ensino médio ([SEEDF](https://www.educacao.df.gov.br/educacao-integral-2/), disponível em <https://www.educacao.df.gov.br/educacao-integral-2/>). Esse atendimento representou 9,8% e 6,1% das matrículas nos ensinos fundamental e médio, respectivamente, em 2025. Esses valores contrastam com a Meta 6 do PDE 2015-2025, que estabelece o compromisso de “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 60% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 33% dos estudantes da educação básica”.

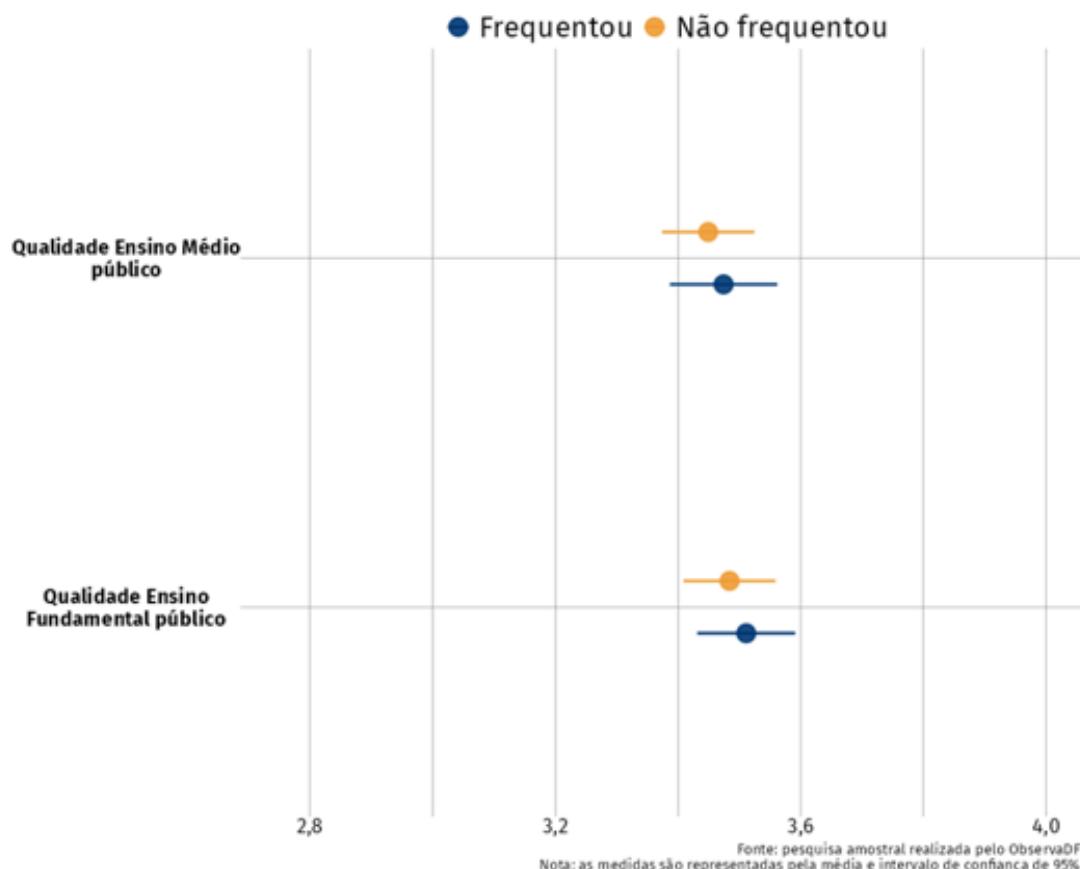
É interessante observar que a avaliação positiva dos entrevistados quanto ao número de horas-aula diárias, independentemente de terem ou não experiência recente com unidades de ensino públicas no DF, contrasta com o compromisso assumido pelo GDF, em 2015, de elevar o número de estudantes em tempo integral. A população parece não conhecer a meta estabelecida pelo GDF, nem ter informações sobre a educação em tempo integral e suas potencialidades, o que permitiria uma avaliação mais crítica do tempo que a criança/adolescente permanece na escola.

Figura 14 – Avaliação da qualidade das escolas de ensino fundamental ou médio quanto à organização das aulas, à equipe escolar, ao ensino e à aprendizagem. Distrito Federal. 2025.



De forma geral, a avaliação dos entrevistados sobre a qualidade dos ensinos fundamental e médio públicos no DF é positiva, com um escore de cerca de 3,5 pontos em um máximo de 5,0. Não há diferença significativa entre as etapas de ensino nem entre os grupos de entrevistados (Figura 15).

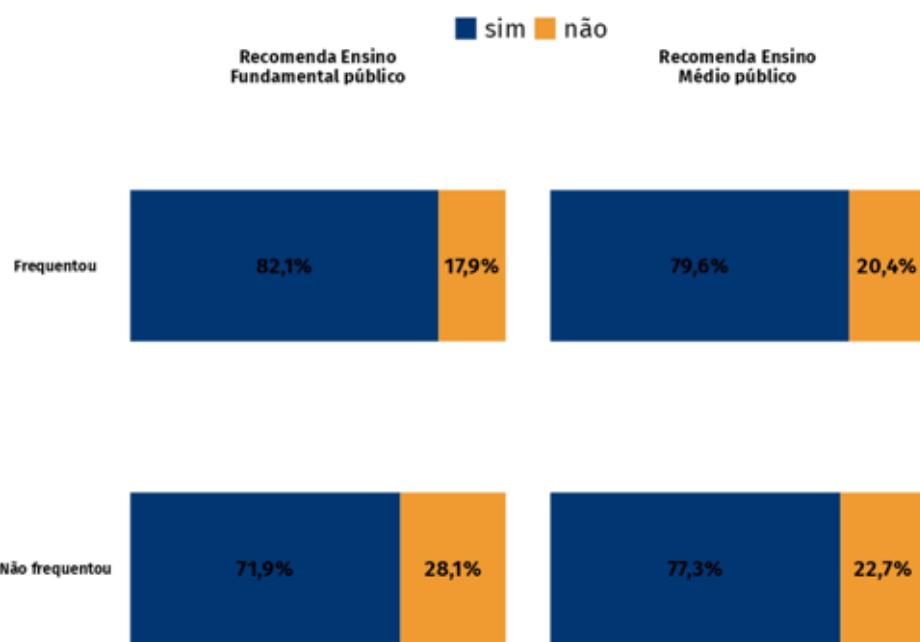
Figura 15 – Avaliação geral da qualidade das escolas públicas de ensino fundamental e médio no Distrito Federal. 2025.



Quanto à recomendação de escolas públicas de ensino fundamental ou médio no DF por familiares ou vizinhos, praticamente 80% dos entrevistados recomendariam escolas de ensino fundamental e, em torno de 75%, escolas de ensino médio. Aqueles que declararam ter experiência recente com unidades públicas de ensino no DF tendem a recomendar mais do que aqueles que não têm essa experiência, sobretudo o ensino fundamental público (Figura 16).

A avaliação positiva da educação básica pública pela população do Distrito Federal indica um alto nível de confiança e aprovação do trabalho realizado, mas, por outro lado, evidencia pouco conhecimento sobre o processo de aprendizagem e sobre os níveis de desempenho dos estudantes.

Figura 16 – Recomendaria escolas públicas de ensino fundamental ou médio no Distrito Federal. 2025.



Fonte: pesquisa amostral realizada pelo ObservaDF

Finalmente, perguntamos aos entrevistados quais seriam os principais motivos para uma pessoa escolher matricular seu filho ou outro parente em uma escola pública no Distrito Federal. Para 29% dos entrevistados, o principal motivo seria a gratuidade do ensino, seguido pela qualidade dos professores (10%), pela proximidade da residência (9,6%) e pelos valores da escola pública, como o direito à educação e a inclusão social (8,8%).

Por outro lado, perguntamos também quais seriam os principais motivos para uma pessoa não matricular seu filho ou outro parente em uma escola pública no Distrito Federal. Para 15,3% dos entrevistados, o principal motivo para não escolher uma escola pública no DF seria devido à qualidade do ensino, consideram o ensino fraco, seguida de turmas muito cheias (11,4%), pela falta de segurança dentro e fora da escola (10,7%), pela distância da residência (9,9%) e pela falta e rotatividade de professores (9,3%).

Experiência no ensino médio público no Distrito Federal

Para complementar a avaliação do ensino médio público no Distrito Federal, o ObservaDF realizou um grupo focal com 9 jovens estudantes dessa etapa de ensino. Foram abordadas questões sobre o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis, a realização de atividade econômica, o estímulo e a preparação para a continuidade dos estudos no ensino superior, suas expectativas futuras, bem como o programa Pé-de-meia, incentivo financeiro aos estudantes do ensino médio. Os jovens participantes do grupo focal tinham entre 16 e 18 anos, sendo seis mulheres e três homens, residentes em diferentes RAs do DF, pertencentes aos estratos de renda familiar C e D, e três deles declararam trabalhar ou estagiar.

Quanto à escolaridade dos pais ou responsáveis, todos os jovens declararam que a escolaridade máxima de seus pais foi o ensino médio, e apenas três afirmaram que as mães concluíram o ensino superior. Alguns mencionaram a baixa escolaridade dos avós:

acho que minha avó nem o ensino médio terminou, porque esse povo antigo não terminava (estudante A)

...Minha avó conseguiu estudar ... Meu avô não. Mas ele é um autodidata... Ele conseguiu o que conseguiu construir com o conhecimento que foi buscando ao longo da vida. Acho que ele nunca estudou (estudante B)

Essas falas retratam a trajetória educacional da população brasileira. Se o ensino primário (anos iniciais do ensino fundamental) se tornou obrigatório no país pela Constituição de 1934, somente em 1988 a Constituição Federal estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental como direito garantido, formalizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 ampliou essa obrigatoriedade para a faixa etária de 4 a 17 anos, incluindo a Educação Infantil (pré-escola) e o Ensino Médio.

A baixa escolaridade de gerações mais velhas é uma característica da população brasileira, sobretudo entre as de menor renda e as de raça/cor preta ou parda (IBGE, PNADC, 2024). E a conclusão do ensino superior ainda é um desafio. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, apenas 18,4% da população com 25 anos ou mais havia concluído o ensino superior.

A expansão do ensino superior no Brasil é um fenômeno recente: entre 2000 e 2024, o número de matrículas no ensino superior passou de 2,7 para 10,2 milhões, o que representa um aumento de 278% (Inep, 2024). Diante dessa nova realidade educacional brasileira, o ObservaDF questionou os jovens sobre o estímulo recebido em casa e na escola para a continuidade dos estudos e sobre a preparação para o ingresso no ensino superior.

Em geral, os jovens participantes do grupo focal se sentem estimulados a continuar os estudos no nível superior, sobretudo pela família, mas a percepção é que há um desinteresse pelos demais estudantes:

Sim, em casa, como eu disse, algumas pessoas da minha família têm um nível superior e é muito incentivado (estudante B)

As pessoas incentivam muito, só que, na escola pública mesmo, dá para ver que os alunos não estão mais ligando para isso. (...) Eu tenho colegas na sala que não ligam. O povo incentiva, incentiva, tem o PAS. Não estuda para o Enem. Então, o incentivo tem. Só o aluno em si; a maioria não quer mais. (estudante A)

E quais seriam os motivos desse desinteresse:

Ó, na minha visão, se você não for lá e se preparar [para o Enem] você mesmo, eu acho que, na escola hoje, na escola pública, o ensino da escola pública, eu não sei se os professores que não dão aula certo, não sei se a gente [é] que não aprende ou pelo motivo dos alunos não estar mais querendo aprender, a maioria dos professores não ligam e meio que o ensino é ruim e a gente tem que ir lá e fazer acontecer, entendeu? Mas, em si, o Enem, se você for, se você for preparado. (estudante A)

Na fala do Estudante A, observa-se uma percepção negativa quanto à qualidade do ensino oferecido pela escola pública no Distrito Federal. Nesta fala, o estudante estabelece uma relação entre o desinteresse dos estudantes em aprender e o dos professores em ensinar.

Os jovens relatam suas impressões sobre a qualidade do ensino ofertado, visando prepará-los para o ingresso no ensino superior, mais especificamente para exames como o Enem, o PAS (Programa de Avaliação Seriada da UnB) e o vestibular. Muitos são muito críticos com relação às aulas ministradas por alguns professores:

Ultimamente os professores têm só jogado conteúdo e eles não ligam muito. (...) (Estudante C)

Ó, pra você ter noção da minha escola, o professor dá aula com videoaula, ele tá lá na sala. Aí ele coloca aula do YouTube pra dar aula pra gente. (Estudante A)

O meu coloca um vídeo, coloca um vídeo no YouTube e sai da sala e deixa o vídeo lá pra gente assistir. Nem comenta, nem te explica nada. (Estudante D)

Assim, se dependesse do incentivo dos professores, eu nem faria PAS. Tipo assim, eu tenho mais incentivo da minha família. Ele [o professor] explica de um jeito que tipo só ele entende. Você vai tirar dúvida. Ele não está nem aí para sua dúvida. Tem uns professores às vezes que só ficam passando slide, falam até para usar o próprio ChatGPT, então, tipo assim, eu tenho que estudar. Eu mesma, por conta própria, geralmente vendo vídeo no YouTube, porque senão eu fico para trás. (Estudante E)

Nessa minha atual escola, porque eu mudei de escola quando trocou de semestre, os professores não ligam, tipo o professor não liga nem se você está na sala, posso sair da sala e ficar lá fora, que eles não estão nem aí. Mas na minha antiga escola não. (Estudante F)

Meio que depende muito, vamos dizer. Semestre passado (...) eu tinha um professor; todos os professores eram excelentes em explicar, e acredito também que seja o esforço dos alunos, querer mesmo. Mas como eu falei.

No semestre passado, eu tinha um professor de física que não dava aula. Ele só deixava a gente, tipo, era um horário vago mesmo. Ele não dava aula nenhuma e eu fico muito indignado com isso.
(Estudante G)

Eu tenho professores ótimos que explicam muito bem, mas eu tenho outros professores. É uma situação meio difícil, que nem a minha professora de história ela não explica quase nada.
(Estudante C)

Mas, também há elogios aos professores:

Lá na minha escola, eles [os professores] ensinam muito bem, tudo muito bem: história, sociologia, tudo. Mas assim é: os alunos que não querem aprender mesmo. É isso. Mas lá é muito bom. (Estudante H)

Não acho que o problema, pelo menos do 3º [3ª série], é com os professores.

Usando de exemplo: eu tenho 2 professores doutores da UnB, professor fazendo mestrado, professores muito bem graduados e que dão aulas muito boas.

Aulas que eu quando entrei no 3º [3ª série], não esperava ter. (Estudante B)

Ainda com relação aos professores, há relatos sobre a rotatividade dos professores, que não permite uma maior conexão com os estudantes, e dificultam o processo de aprendizagem:

Eu já troquei esse ano de professor de português 3 vezes, de professor de matemática 4 vezes, que são matérias muito importantes. Outros professores que eu fui trocando ao longo do ano, eu acho que a quantidade menor de professores que eu troquei de uma matéria foi 2. (Estudante C)

Outros aspectos de crítica em relação ao ensino médio público são sobre o livro didático e a carga horária das disciplinas:

A questão dos livros: o livro é para auxiliar e a gente não tem esse auxílio do livro porque geralmente eles não servem para nada. Os conteúdos estão todos bagunçados. É um resumo muito pequeno; a gente não consegue entender direito. (Estudante C)

Falta realmente um ensino médio que faça sentido, porque a carga horária de um aluno da [escola privada], por exemplo, ele vai ter 6 aulas de história na semana. Eu tenho 3. Sendo uma delas simples, elas são só por 4 meses, né? No caso, é um semestre, mas com tanto de abono que tem no ano letivo da escola do ensino público, são aulas bem reduzidas.

Mas, apesar das críticas à qualidade do ensino público ofertado e de se sentirem pouco preparados, todos mencionaram a intenção de ingressar no ensino superior em diversas carreiras. Alguns declararam que pretendem ingressar em uma instituição privada, devido à alta concorrência nas universidades públicas. Sobre o ingresso na Universidade de Brasília, vale mencionar a escassa informação desses jovens sobre a política de cotas para estudantes do ensino médio público e, de modo geral, sobre os processos seletivos. Também os jovens demonstraram pouco conhecimento sobre a Universidade do Distrito Federal e os Institutos Federais. Sobre a inserção no mercado de trabalho, este é o tema que ainda é pouco claro na vida desses jovens; alguns mencionaram o desejo de seguir carreira na administração pública, na Polícia militar/bombeiros ou em profissões relacionadas aos cuidados, como enfermagem e pedagogia.

Finalmente, perguntamos aos jovens se conheciam o programa Pé-de-meia e como o avaliavam. Todos mencionaram conhecer o programa e três disseram ter recebido ou receber o benefício. Todos avaliaram positivamente o programa, pois incentiva a permanência na escola e a dedicação exclusiva aos estudos. Mas alguns veem que o Programa não será capaz de melhorar a qualidade do ensino e o nível de aprendizagem dos estudantes no país. Seguem algumas falas que retratam essas percepções:

Isso ajuda bastante, o pé-de-meia, pra nós alunos que não trabalham. (Estudante G)

Eu não recebo pé de meia, mas conheço a maioria das minhas amigas que recebem. Eu vejo que é muito bom para elas, porque elas também não têm como trabalhar. A única forma que elas têm de conseguir uma renda extra, que não vai tirar do bolso da família, sabe? E acabar faltando. (Estudante F)

Eu acho que é bom; funciona pro aluno que não é frequente porque trabalha, mas não acho que seja o melhor caminho para melhorar o nível de aprendizado no país. Eu acho que é bom para melhorar a qualidade de vida do aluno, mas do ensino, para mim, não. Não muda nada.

(Estudante B)

Considerações Finais

As análises conduzidas pelo ObservaDF revelam um cenário paradoxal na educação básica do Distrito Federal, em que a percepção social favorável não se alinha aos baixos indicadores de desempenho.

De um lado, a população demonstra um alto nível de confiança e aprovação das escolas públicas, atribuindo notas médias entre 3,2 e 4,0 (em uma escala de 5) e recomendando amplamente as escolas e as creches da rede. Os cidadãos valorizam, sobretudo, a formação dos professores, o acesso físico às unidades e a regularidade dos horários. No entanto, essa percepção positiva contrasta drasticamente com a realidade estatística apresentada pelos dados do Saeb e do Ideb:

· Queda de qualidade: Enquanto o DF ocupa a 8^a posição nacional nos anos iniciais do ensino fundamental, essa qualidade despenca para a 18^a posição no ensino médio público.

· Crise na aprendizagem: O dado mais alarmante refere-se à matemática, em que 62,3% dos estudantes concluem o ensino médio sem o nível básico de proficiência. Apenas 3,8% desses alunos atingem um nível considerado adequado ou superior.

· Desigualdade e metas: há uma defasagem de 2,2 pontos no Ideb entre a rede pública e a privada no ensino médio. Além disso, metas importantes do Plano Distrital de Educação, como a oferta de ensino em tempo integral, estão longe de serem cumpridas, atendendo a menos de 10% dos alunos, quando a meta mínima seria de 33%.

É importante destacar, por outro lado, que as avaliações dos estudantes do grupo focal revelam aspectos de grande preocupação. Há uma visão negativa do compromisso dos professores com o ensino, da qualidade das aulas, das estratégias didáticas utilizadas, resultando em uma sensação de que não se está aprendendo. Essa visão coaduna-se melhor com os resultados inexpressivos das provas padronizadas mencionadas acima. Seria importante ampliar a cobertura das pesquisas qualitativas com estudantes para aprimorar o processo didático e de ensino nas escolas públicas de nível médio no Distrito Federal. A qualidade do ensino preocupa e é criticada pelos beneficiários diretos da política - os jovens estudantes que se preparam para ingressar na universidade e no mercado de trabalho.

Em resumo, a população parece ter pouco conhecimento sobre os níveis reais de aprendizagem dos estudantes, baseando sua satisfação em aspectos operacionais (como a gratuidade e a proximidade das escolas públicas), enquanto os alunos relatam, na prática, problemas graves, como a alta rotatividade de professores e falhas no processo de aprendizagem. Tal conjunto de fatores se reflete na baixa qualidade efetiva da educação básica pública do DF, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Escalas de proficiência do SAEB. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: [AMES, Barry. The deadlock of democracy in Brazil. University of Michigan Press, 2002.](#)

[BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, p. e20210164, 2022..](#)

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Painel educacional – Sistema de Avaliação da Educação Básica (saeb), 2023. Disponível em: [AMES, Barry. The deadlock of democracy in Brazil. University of Michigan Press, 2002.](#)

[BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, p. e20210164, 2022.](#) Acessado em 10/12/2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Censo Escolar, 2014–2024. Disponível em: [AMES, Barry. The deadlock of democracy in Brazil. University of Michigan Press, 2002.](#)

[BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, p. e20210164, 2022.](#) Acessado em 05/12/2025.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC, 2024. Disponível em: [AMES, Barry. The deadlock of democracy in Brazil. University of Michigan Press, 2002.](#)
[BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, p. e20210164, 2022.](#)

SOARES, J. F. Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo – Idesp – bases metodológicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo/SP, v. 23, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2009. Disponível em: [AMES, Barry. The deadlock of democracy in Brazil. University of Michigan Press, 2002.](#)

[BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, p. e20210164, 2022.](#)

VASCONCELOS, A.M.N.; SOUSA, A.P., Desigualdades socioeconômicas e educacionais no DF: o que dizem os dados da PDAD e Censo Escolar? Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, v. 12 n. 3, 2025. Disponível em: [AMES, Barry. The deadlock of democracy in Brazil. University of Michigan Press, 2002.](#)

[BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, p. e20210164, 2022.](#)

Apêndice

Tabela 1A – Evolução do número de matrículas na educação básica regular, por etapa de ensino. Distrito Federal. 2014-2024

Ano	Total	Creche	Pré-escola	Fundamental	Médio
2014	596.256	26966	61.253	397.446	110.591
2015	592.431	27582	62.196	392.237	110.416
2016	592.455	28054	66.640	387.572	110.189
2017	587.873	29105	68.162	381.463	109.143
2018	588.091	31850	68.681	377.622	109.938
2019	589.761	33069	71.745	374.927	110.020
2020	588.658	31766	72.000	373.032	111.860
2021	583.788	30948	66.869	369.128	116.843
2022	584.958	36466	68.999	365.079	114.414
2023	581.478	37341	71.262	361.438	111.437
2024	575.835	40851	69.557	360.941	104.486

Fonte: Inep, Censo escolar, 2014-2024

observadf.unb.br

